

## RESENHA

*Franklin Ferreira*

FALCÃO SOBRINHO, João. **A predestinação conforme a Bíblia**. Rio de Janeiro: UFMBB, 2001. 32 p.

Nos últimos anos foram lançadas várias obras sobre a doutrina da predestinação. Existem obras para todos os gostos, tanto acadêmicas quanto populares. Aqui se pretende avaliar uma delas, *A Predestinação Conforme a Bíblia*, de autoria do pastor e professor batista João Falcão Sobrinho. Essa obra é dividida em seis pequenos capítulos e se propõe a examinar o assunto por uma ótica bíblica. Entretanto, o modo como o autor expõe este tema teológico não é realizado livre de problemas e sérias contradições.

Em primeiro lugar, essa obra incide em *sérios erros exegéticos*. Após citar o teólogo reformado Louis Berkhof (o já clássico *Princípios de Interpretação Bíblica*), o autor acaba por violar todos os critérios de exegese anteriormente mencionados (p. 7).<sup>1</sup> Falcão Sobrinho sistematicamente retira do contexto as passagens-chaves dessa controvérsia, constantemente impondo pressuposições não-bíblicas às mesmas. Mencionamos apenas alguns exemplos:

Ao explicar Romanos 8.29-30 (e passagens correlatas como At 2.23 [estranhamente At 4.28 é ignorado] e 1 Pe 1.2), o autor ignora o pano de fundo semítico da expressão “conhecer de antemão”, que em hebraico é um sinônimo para escolher, conhecer intimamente, em amor (como usada em Am 3.2), ressaltando a liberdade e soberania da graça de Deus (como pode ser visto nas p. 12-13). Inclusive, algumas versões bíblicas já traduzem o texto assim (“Porque aqueles que já tinham sido escolhidos por Deus ele também separou a fim de se tornarem parecidos com o seu Filho” [BLH]). Seria interessante também cotejar a interpretação que o autor faz de 1 Pedro 1.2 com a exegese

---

<sup>1</sup> Para aqueles que quiserem ver a aplicação desses princípios hermenêuticos no fazer exegese e teologia, deve-se ir à já clássica obra de BERKHOF, Louis. *Teologia sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, especialmente as p. 103-117.

de Russell Shedd e Ênio Muller sobre esta passagem específica, em seus comentários sobre essa epístola.

A passagem de Efésios 2.8 (p. 13) é citada com o argumento: “A fé é um exercício de liberdade, ou não é fé”. O conceito que o autor tem de fé é extremamente confuso. Em alguma medida, o autor parece achar que fé e livre-arbítrio são termos sinônimos. O autor, então, precisa redefinir fé para apoiar sua posição, como veremos abaixo. Para a teologia cristã histórica, a fé é definida como uma confiança humilde que descansa no conhecimento do evangelho de Deus.<sup>2</sup> Ademais, ele não cita o texto inteiro. Na seqüência, Paulo diz: “Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie”. A maior parte dos comentaristas do Novo Testamento tem entendido que a fraseologia grega indica que a própria fé, que é o meio pelo qual a graça é recebida, é dom de Deus – em outras palavras, não há nenhuma cooperação na salvação, esta é uma obra exclusiva de Deus! Para a exegese dessa passagem o estudioso pode encontrar grande auxílio nos comentários de D. M. Lloyd-Jones, John Stott, João Calvino e William Hendriksen.

O autor cita, fora de contexto, João 1.12 (p. 13-14). O texto diz:

Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêem no seu nome; os quais não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas de Deus.

O texto, em seu devido contexto, está longe de apoiar a posição do autor.

Em conexão com os dois últimos textos mencionados, um ponto importante que precisa ser destacado na obra de Falcão Sobrinho está relacionado ao papel do Espírito Santo no ato da fé. Em lugar algum o autor estabelece claramente qual a ação do Espírito Santo no ato ou processo da fé. Ele, acertadamente, enfatiza a ação do Espírito Santo após o homem haver crido. Mas qual o papel do Espírito Santo *no ato* da fé? O autor condena a posição, a qual atribui a Calvino, de que “só os eleitos serão trabalhados pelo Espírito Santo e despertados para a salvação”. Entretanto, em lugar algum nos é oferecida discussão de outra alternativa. Ele apenas repete que Deus deseja a salvação de todos. E insiste que a expiação foi para todos. Mas qual, especificamente, é o trabalho do Espírito Santo nesta obra da graça dirigida a todos? Isto é: Qual a obra do Espírito Santo na aplicação da redenção? Ela atua em todos? É igual em todos? E se é em todos (o que, obviamente, é um absurdo que a própria

<sup>2</sup> O significado da palavra fé é basicamente “crer” e “confiar”. Para a tradição cristã, a fé tem pelo menos três elementos, indicados por três palavras latinas: intelectual (*notitia*), que envolve o conhecimento das verdades do Evangelho; emocional (*assensus*), que envolve convicção; e volitivo (*fiducia*), que é a confiança. Para ser um cristão verdadeiro, a pessoa tem que deixar de depender de si e confiar totalmente em Deus para ser salva.

história demonstra, já que nem todos chegam à fé), então por que nem todos crêem? E se apenas alguns crêem, isto não faria, então, a fé repousar sobre o mérito humano?

Se por um lado o autor deixa de estabelecer claramente a obra do Espírito no ato da fé, por outro repete, inúmeras vezes, que a fé é fruto da virtude natural do homem, fruto de sua escolha. “A ação de Deus é dar seu filho. A ação do homem é crer nele”, salienta o autor. Por isto, ele estabelece que a fé precede a regeneração (p. 30). Nessa linha de raciocínio, o autor inverte as declarações de Jesus Cristo a Nicodemos. No seu entender, Jesus teria dito a Nicodemos: “Se alguém vê o Reino de Deus nascerá de novo”. Na realidade, o que Jesus disse a Nicodemos foi: “Se alguém não nascer de novo *não pode ver* o Reino de Deus”. É como se João tivesse dito na sua epístola: “Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo nascerá de Deus”, quando, na realidade, ele disse: “Todo aquele que *crê* que Jesus é o Cristo *é nascido* de Deus” (1 Jo 5.1). A argumentação do autor estabelece, então, que a fé precede a regeneração, em vez de ser um fruto dela. A conclusão lógica é que, para Falcão Sobrinho, a palavra final da salvação fica com o homem, a expiação realizada por Cristo espera a palavra final do homem e o livre arbítrio do homem tem a última palavra na salvação. Deus não pode salvar o homem por um ato livre e soberano de sua graça. Por fim, Falcão Sobrinho não responde a outra importante indagação: Por que uns crêem e outros não? Qual o fator diferenciador entre aquele que crê e aquele que não crê? Parafraseando Martinho Lutero, é justamente com a doutrina da graça preveniente que a fé evangélica fica de pé ou cai.<sup>3</sup>

A tentativa de explicação de Isaías 45.7 (p. 15) é sugestiva, pois o autor acaba por jogar Escritura contra Escritura para fugir das implicações do texto. O que o texto afirma claramente é que a queda de Jerusalém não foi obra do acaso ou de alguma divindade babilônica, mas do próprio Deus. O Senhor mesmo derrama sobre a nação de Israel as maldições pactuais. Deus é o único! Não há poder no universo que possa competir com o Senhor Deus todo-poderoso! Por outro lado, o autor joga os atributos de Deus uns contra os outros, como se uns pudessem sobressair-se a outros. Em Deus, estão em equilíbrio amor e santidade, assim como ira e misericórdia!

O tratamento de textos selecionados de Romanos 9 está pleno de equívocos sérios (p. 16-17). Em nenhum momento o autor se preocupou em expor a passagem toda, resumindo-a, explicando-a e relacionando-a ao tema geral da epístola. É desnecessário dizer que a maior parte dos comentaristas evangélicos

<sup>3</sup> Para os desdobramentos dessa posição, deve-se consultar o documento *Et Illuminatio Fidei*: considerações acerca da *Declaração Oficial sobre a primeira igreja batista em Volta Redonda*, prestada pela diretoria da Convenção Batista Fluminense. Este é o parecer formal da Comunhão Reformada Batista no Brasil, enviado a quatro de seus membros, os quais solicitaram um parecer da mesma acerca deste assunto: [http://www.crbb.org.br/Illuminatio\\_Fides.pdf](http://www.crbb.org.br/Illuminatio_Fides.pdf).

discorda completamente da interpretação que Falcão Sobrinho oferece para os trechos que selecionou dessa importante passagem. Deve-se comparar a interpretação do autor com a exegese cuidadosa e erudita dos comentários de F. F. Bruce, John Stott, William Hendriksen, John Murray, D. M. Lloyd-Jones e João Calvino sobre essa passagem. Dever-se-ia ir direto ao texto bíblico, interagindo com passagens como João 6, 10, 17; Romanos 9-11, Gálatas 1-4 (texto estranhamente ignorado) e Efésios 1, de preferência tentando entendê-las a partir das línguas originais, lutando firmemente para não impor outras pressuposições aos textos que não aquelas exigidas pelas próprias Escrituras, e esforçar-se por não colidir Escrituras com Escrituras, como constantemente faz o autor. Uma pressuposição da exegese é que o texto deve ser interpretado em seu contexto imediato e mais amplo, antes de ser comparado com textos de outros contextos. Também não se deve fazer inferências (indutivas) que extrapolem o contexto da passagem quando uma leitura dedutiva do texto já aponta a intenção original do autor.

Em segundo lugar, o texto também apresenta *sérios problemas teológicos*. Por exemplo, o autor em nenhum momento apresenta uma solução para o problema da conciliação entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana. Ele simplesmente sacrifica a soberania de Deus, que “faz todas as coisas conforme o conselho da sua vontade” (Ef. 1.11), em prol de uma noção vaga e indefinida do amor de Deus e da liberdade humana. Isto por si só já é um mau negócio. Qual seria a sua resposta aos arminianos que têm defendido uma variante da teologia do processo, afirmando que Deus não tem conhecimento do futuro? É interessante que, no começo do texto, o autor cite a possibilidade de usar o conceito de paradoxo (mencionando, na verdade, o teólogo luterano Gustaf Aulen) como possível auxílio para resolver o problema, não mais se referindo a ele, entretanto (p. 7). Também cumpre mencionar que só por pura força de vontade o autor não afirma que cristãos podem vir a perder a salvação, o que seria a consequência lógica de seu ensino (p. 29).

Ao criticar uma citação de Calvino (“Deus não tem que prestar contas aos homens”, p. 24), o autor deixa claro o seu entendimento de que Deus e o homem estão obrigados a uma espécie de lei ou regra geral de conduta, que existe fora de Deus, como alguns dos antigos filósofos gregos criam. Mas Deus é *ex lex* (acima da lei). Em nenhum lugar das Escrituras encontramos Deus justificando os seus caminhos ao homem – e isto pode ser observado num estudo dos livros de Jó, Habacuque e especialmente Romanos 9-11 (em particular 9.10-21).

Parece que o autor, numa afoita rejeição da fé reformada, não se dá conta das sérias contradições de sua exposição. Por exemplo: deve-se notar nesta obra a ausência de razoáveis definições para conceitos evangélicos importantes, tais como regeneração, justificação, expiação, propiciação, união mística em Cristo, fé e ira de Deus – todos esses termos estão diretamente relacionados à

doutrina da predestinação. Veja-se um exemplo de como a falta de definição desses vocábulos é uma fraqueza desse opúsculo: ao tentar rejeitar o conceito de ira de Deus (vocábulo este encontrado mais de 600 vezes nas Escrituras), o autor cita uma frase de H. Emil Brunner, sem remeter para a fonte original (cf. p. 23), a fim de apoiar a sua posição. Mas esse famoso teólogo reformado suíço, em sua importante obra *O Mediador* (1934), afirma:

A idéia de que Deus é ira não é mais antropopática do que o pensamento de que Deus é amor. A razão pela qual a idéia da ira divina está sempre sujeita a mal-entendidos é que a ira entre os homens é eticamente errada. E, contudo, mesmo entre os homens não falamos de “ira justa”? (p. 478).

Em outra obra, Brunner, ao tratar da vontade incondicional de Deus, diz: “Se não nos entregarmos ao seu amor, haveremos de sentir sua vontade incondicional como ira” (*Nossa Fé*, p. 19). Ao relativizar a ira de Deus, tentando hierarquizar seus atributos, Falcão Sobrinho surpreendentemente retroage a uma posição muito parecida com a dos hereges marcionitas do segundo século e com a posição dos antigos liberais! Deve ser notado que, ao negar a existência da ira como um atributo de Deus, o autor implicitamente nega a doutrina bíblica da propiciação (ou satisfação) de Deus.

Outro conceito que Falcão Sobrinho não define apropriadamente é livre-arbítrio. Este é – para usar o linguajar filosófico – indeterminado, auto-determinado ou determinado? Onde, nas Escrituras, o livre-arbítrio é mencionado como parte integrante da imagem de Deus? Quais os efeitos do pecado sobre o livre-arbítrio do homem? Parece que o autor pressupõe sem exame um conceito não-definido (e não examinado) de livre-arbítrio, forçando o elemento bíblico para dentro desta definição, como uma espécie de leito de Procusto.<sup>4</sup> Aliás, o autor também não define a doutrina da imagem de Deus, além de não expor sua compreensão dos efeitos do pecado de Adão sobre a raça humana (o entendimento do autor parece ser influenciado pela heresia pelagiana), o que seria o começo lógico de um debate sobre tal tópico. Essa questão do livre-arbítrio não é uma questão de pouca importância. Depois de ler a obra de Erasmo defendendo a doutrina do livre-arbítrio, Martinho Lutero escreveu o seu clássico *Da Vontade Cativa*. Nesse livro ele disse a Erasmo:

Elogio e gabo muito de ti o seguinte: És o único que atacou a questão em si. Isso é, a questão essencial, e não me fatigaste com aqueles assuntos secundários sobre o papado, o purgatório, as indulgências e outras coisas deste tipo que mais são

<sup>4</sup> Além disto, o autor aparentemente desconhece a compreensão reformada de livre-arbítrio (livre-agência) e responsabilidade moral – deixando a forte impressão de que, no afã de provar a sua posição, ele acabou fazendo uma caricatura da fé reformada. Sobre isto, deve-se conferir o capítulo 9 da Confissão de Fé de Westminster e da Confissão de Fé Batista de 1689.

frivolidades do que questões [sérias], pelas quais até agora quase todos tentaram caçar-me em vão. Tu foste o único que reconheceu o ponto central de toda [a controvérsia] e pegaste a coisa pela gravata; por isso te agradeço de coração.<sup>5</sup>

Os reformadores entenderam que esse debate era a questão crucial entre a igreja evangélica e a igreja católica. Eles rejeitaram o ensino católico sobre livre-arbítrio porque entenderam que tal ensino solapa a essência do evangelho, que é a doutrina da justificação pela graça somente. Quando o arminianismo surgiu em começos do século 17, os herdeiros dos reformadores entenderam isso como uma volta para Roma. Em outras palavras, Falcão Sobrinho levanta mais problemas teológicos do que os resolve.

Quando o autor examina os textos que falam do alcance da expiação, não o faz respeitando o seu devido contexto (1 Tm 2.4 e 2 Pe 3.9). Que significa o vocábulo “todos” no contexto dessas passagens? Não estaria se referindo a todo o tipo de homem (judeus e gentios, gregos e bárbaros, homens e mulheres, escravos e livres), em oposição ao exclusivismo judaico? Ele também não responde algumas perguntas importantes: se Deus já sabia quais homens o receberiam de antemão, por que então Cristo tem que morrer por todos? Se Cristo morreu por todos os pecadores, isto, por conseguinte, incluiria também aqueles que já estão condenados? A morte de Cristo, então, apenas abre a possibilidade de pecadores serem salvos? Ou a morte de Cristo realmente redimiu pecadores? Que definição o autor daria à idéia transmitida pela palavra bíblica redenção?

Aliás, a pergunta que fica é: O que Cristo realmente fez na cruz? Por que Cristo morreu? Apenas para demonstrar o amor de Deus por pecadores? Ou para substituir pecadores, recebendo a justa condenação que estes merecem? É interessante notar que o autor cita John Stott, também fora de contexto, em seu debate sobre o significado de expiação e propiciação. Longe de apoiar a sua posição, Stott simplesmente revisa e atualiza o entendimento de Anselmo de Cantuária acerca da expiação penal e substitutiva (cf. *A Cruz de Cristo*, especialmente as p. 150-156), posição que Falcão Sobrinho parece rejeitar.

De forma estranha, o autor se trai, buscando apoio em teólogos que estão longe de apoiar a fé batista e evangélica. Também é sugestivo que ele cite Rudolf Otto e Karl Barth sem mencionar as suas fontes (p. 17-18). Barth, um importante teólogo reformado suíço, por exemplo, só por força de vontade não afirmou o universalismo, a partir de seu entendimento supralapsariano da eleição soberana de todos os homens (*Dogmática Eclesiástica* II/2, “A Doutrina de Deus”, parte 2). Também é sugestiva a citação de Paul Tillich e do comentário de Romanos de Dale Moody, publicado no *Comentário Bíblico Broadman*. Deve ser mencio-

<sup>5</sup> Martinho Lutero, “Da Vontade Cativa”, em *Martinho Lutero: obras selecionados*, v. 4: Debates e Controvérsias II. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1993, p. 215.

nado que Moody foi demitido do Seminário Teológico Batista do Sul (EUA) por fazer concessões ao liberalismo teológico nas doutrinas da revelação (ele negou a doutrina da inerrância das Escrituras), da pessoa de Cristo e da justificação pela graça. Moody também se opôs à doutrina da perseverança dos santos e ensinou a regeneração batismal. É realmente lamentável que Falcão Sobrinho tenha buscado refúgio em autores liberais e/ou neo-ortodoxos para validar a sua posição.<sup>6</sup>

Para parafrasear J. B. Phillips, o Deus do autor é pequeno demais. Seu teísmo não faz justiça ao Deus que se revelou nas Escrituras! O Deus trino, criador e soberano sobre todo o universo, que habita na glória inacessível! Fariamos bem em escutar A. W. Pink:

O *Deus* deste século vinte não se assemelha mais ao Soberano Supremo das Escrituras Sagradas do que a bruxuleante e fosca chama de uma vela se assemelha à glória do sol do meio-dia. O *Deus* de que se fala atualmente no púlpito comum, comentado na escola dominical em geral, mencionado na maior parte da literatura religiosa da atualidade e pregado em muitas das conferências bíblicas, assim chamadas, é uma ficção engendrada pelo homem, uma invenção do sentimentalismo piegas. Os idólatras do lado de fora da cristandade fazem “deuses” de madeira e de pedra, enquanto que os milhões de idólatras que existem dentro da cristandade fabricam um *Deus* extraído de suas mentes carnis. Na realidade, não passam de ateus, pois não existe alternativa possível senão a de um Deus absolutamente supremo, ou nenhum deus. Um *Deus* cuja vontade é impedida, cujos desígnios são frustrados, cujo propósito é derrotado, nada tem que se lhe permita chamar Deidade, e, longe de ser digno objeto de culto, só merece desprezo (cf. *Os atributos de Deus*, p. 40-41).

Portanto, uma correta perspectiva sobre Deus é crucial para uma boa conclusão teológica.

Em terceiro lugar, o texto também padece de *sérios erros no campo histórico*. O autor faz uma caricatura simplista e reducionista (e mais uma vez sem citar fontes respeitadas) das várias formulações da doutrina da eleição (p. 8-12). Na verdade, historicamente existem três posições principais quanto à doutrina da eleição (agostiniana/calvinista, arminiana/metodista e bartiana), mas o autor não historia esses dados.

---

<sup>6</sup> É revelador que em outro contexto o entendimento das ordenanças, como defendido por Falcão Sobrinho, seja rotulado como gnóstico. Parece que tanto na soteriologia como na eclesiologia deste autor lidamos com mais um caso de velhas heresias com novas roupas, e só a atual miopia histórica permite que estas alcancem respeitabilidade. Para mais detalhes, ver VIEIRA, Samuel. *O império gnóstico contra-ataca: a emergência do neognosticismo no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Cultura Cristã, 1999, p. 121-126. Não quero afirmar que Falcão Sobrinho seja herético, mas o isolacionismo histórico que ele assume leva-o a uma posição insustentável em áreas vitais da fé cristã histórica, como pode ser visto especialmente neste livroto.

Porém, o mais espantoso vem a seguir. O autor diz:

Nunca nenhum ramo do Cristianismo evangélico teve tantos missionários em tantos países ao mesmo tempo empregando tão grande soma de recursos e alcançando tão espantoso crescimento como os batistas após o início das missões modernas, que coincide com a adoção de confissões de fé que sempre preservaram a teologia da liberdade humana no capítulo da eleição divina (p. 19).

Não existe forma mais amena de dizer isto, mas no afã de provar sua posição Falcão Sobrinho passa um atestado de total desconhecimento da história da Igreja. Ele parece desconhecer a posição teológica de Adoniram Judson e William Carey, assim como também parece ignorar o teor das principais confissões batistas desta época, pois as duas principais confissões de fé batistas, a Confissão de Fé de 1689 (conhecida nos Estados Unidos como a Confissão de Filadélfia de 1742) e a Confissão de New Hampshire de 1833, afirmam firmemente a fé reformada! Para colocar a questão sob outra perspectiva, deve ser lembrado que a esmagadora maioria dos missionários que viveram no grande século das missões protestantes afirmavam a soteriologia reformada, como David Livingstone e Henry Martin, por exemplo.

Apelando para o argumento pragmático, ele diz:

As igrejas que têm aderido à doutrina da predestinação calvinista, descartando as nossas tradicionais declarações de fé, param de crescer, param de fazer missões, param de cumprir a grande comissão de Jesus (p. 19).

Todavia, isso não é verdade! Quem foram os principais líderes nos grandes avivamentos? Quem foram os líderes na evangelização? Os próprios reformadores, os puritanos, Jonathan Edwards, George Whitefield e C. H. Spurgeon, entre outros! Aliás, o autor mais uma vez parece ignorar que muitos dos primeiros missionários batistas no Brasil eram reformados. Falcão Sobrinho, igualmente, parece desconhecer que algumas das maiores igrejas do mundo são reformadas, como as da Coreia do Sul – ainda que devamos ser muito cautelosos em estabelecer parâmetros quantitativos para avaliações ou análises dessa natureza.<sup>7</sup> A leitura de qualquer livro sério de história dos batistas (ou do cristianismo) demonstraria que foram os modernos arminianos que abandonaram a posição das antigas confissões de fé batistas. O estudo da história dos batistas, entretanto, aponta para o fato de que o que esfriou o fervor missionário dos batistas, no passado, foram o próprio *arminianismo* (que na

---

<sup>7</sup> Também deve ser notado que Falcão Sobrinho parece definir evangelização em termos de resultados. De acordo com o Novo Testamento, evangelização consiste simplesmente na pregação do evangelho. Cf. especialmente PACKER, J.I. *Evangelização e soberania de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 28-62.

Inglaterra se degenerou em arianismo e, depois, em unitarismo, por causa de suas próprias fraquezas internas) e *o liberalismo teológico*, que grassou entre as igrejas batistas na Europa e na América no fim do século 19 e começos do século 20.<sup>8</sup>

Porém, o autor vai ainda mais além:

A Convenção Batista Brasileira é hoje uma das maiores forças a serviço da evangelização do mundo. Quem estaria interessado em reduzir essa visão, restaurando o predestinismo westminsteriano [sic] dos batistas particulares? Quem estaria interessado em esfriar o fervor missionário dos batistas brasileiros, assim como da Southern Baptist Convention e de outras sociedades missionárias batistas, levando as igrejas a adotarem a visão calvinista da predestinação? (p. 19).

O que precisa ser dito claramente é que não são os reformados que estão impondo uma mudança teológica; eles estão querendo retornar a antigos marcos históricos. A leitura de qualquer livro sério de história dos batistas (ou do cristianismo) demonstraria que foram os modernos arminianos que abandonaram a posição das antigas confissões de fé batistas.

Existem outros problemas sérios nesta pequena obra que pretende responder a questões tão importantes, sublimes e difíceis. Como *conclusão*, faz-se ainda necessário enfatizar a questão da metodologia de Falcão Sobrinho no uso das fontes: o autor desse opúsculo não interagiu com aquilo que conhecemos no meio acadêmico como fontes primárias. É muito fácil resumir posições antagônicas a partir de verbetes de dicionários teológicos (que, quando muito, são fontes secundárias). Não se tem visto arminianos interagirem com seriedade com a exegese de Agostinho (como em *A Predestinação dos Santos* e *O Dom da Perseverança*, entre outros), Lutero (em seu *De Servo Arbitrio*), Calvino (além de ser citado fora de contexto, nem se menciona sua exegese cuidadosa nas *Institutas* ou seus comentários de Romanos, Gálatas, Efésios e Hebreus), John Owen (os arminianos parecem evadir-se de sua *The Death of Death in the Death of Christ*) ou Jonathan Edwards (*The Freedom of the Will*) – para citar alguns poucos gigantes da tradição reformada. Para aqueles que buscam fontes contemporâneas eruditas, recomendaria *Sola Gratia* e *Eleitos de Deus*, ambos de R. C. Sproul, e *A Soberania Banida*, de R. K. McGregor Wright. Outras obras importantes dignas de exame seriam a *Teologia Sistemática*, de Louis Berkhof, *Salvos pela Graça*, de Anthony Hoekema, e *Redenção: Consumada e Aplicada*, de John Murray. Aliás, o autor nem menciona o *Manual de Teologia*, de John Dagg, um dos fundadores da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, ou o livro de Robert Selph,

<sup>8</sup> Sobre as conexões entre arminianismo, declínio teológico e apostasia, deve-se consultar *O Spurgeon que foi esquecido* (São Paulo: PES, 2004), de Iain Murray. Nesta obra é documentada a fraqueza do arminianismo em fazer frente ao liberalismo teológico, e as conseqüências funestas da entrada deste na União Batista da Grã-Bretanha.

*Os Batistas e a Doutrina da Eleição*, este um trabalho modesto e preciso, que por si só já refuta totalmente a sua tese. Aqueles que querem uma visão clara do que os antigos batistas criam devem ler essa obra, com especial atenção à farta citação de documentos e textos de personalidades da história batista.

Ironicamente, ao iniciar o seu opúsculo, Falcão Sobrinho afirmara o desejo de “obedecer a alguns princípios”. Um deles seria: “amor pelos irmãos, mesmo não aceitando seus pontos de vista, para não radicalizarmos atitudes emocionais [sic], que fatalmente nos afastarão da verdade revelada” (p. 8). Além de não interagir com um retrato fiel da tradição reformada, a linguagem simplista utilizada por João Falcão Sobrinho na obra em questão parece apontar ou sugerir que a fé reformada é uma heresia – uma caricatura que não corresponde ao testemunho prestado por esta tradição: “Ao Senhor pertence a salvação” (Jn 2.9).

Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! (Rm 11.33-36).